

PROJETO DE VOTO N.º 534/XIV

De condenação pela saída da Turquia da Convenção de Istambul e pelo retrocesso na proteção dos direitos das mulheres turcas

No dia 20 de março de 2021 o governo turco anunciou a saída da Convenção de Istambul, instrumento internacional fundamental para a prevenção e combate à violência de género exercida sobre as mulheres.

Esta Convenção, adotada e assinada há 10 anos a 7 abril e 11 maio 2011 respetivamente, é o primeiro instrumento de direito internacional legalmente vinculativo sobre o combate à violência de género e à violência doméstica. Adotada no âmbito do Conselho da Europa, a Convenção de Istambul está hoje em dia ratificada por 34 países, tendo entrado em vigor a 1 de agosto de 2014 - em Portugal foi ratificada a 5 de fevereiro de 2013.

O governo turco justificou a sua saída da Convenção de Istambul por esta colocar em causa a “estrutura familiar” e “fomentar a homossexualidade”. As razões apontadas para o abandono da Convenção demonstram o desprezo do governo turco pelos valores de igualdade, liberdade e justiça presentes na Convenção de Istambul.

A retirada turca desta Convenção fragiliza os direitos das mulheres e das raparigas não só na Turquia (em 2020 foram registadas 284 mortes de mulheres por violência de género neste país) como no resto do mundo, transmitindo um sinal para o enfraquecimento da sua consagração em direito internacional.

O combate à violência de género constitui um pilar fundamental da igualdade de género, sendo ele um pressuposto de uma sociedade livre e instrumental para a prossecução de maior prosperidade. A forma como, durante demasiado tempo, a violência de género passou impune, fruto do machismo estrutural e institucional, representa uma contradição grosseira aos valores da nossa sociedade e aos seus objetivos de garantia de direitos, de afirmação da igualdade e de pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta a mais veemente condenação pela saída da Turquia da Convenção de Istambul e apela a que regresse a este instrumento de direito internacional e prossiga o combate à violência de género e à violência doméstica.

Assembleia da República, 6 de abril de 2021

O Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Sérgio Sousa Pinto